



POLÍCIA
PENAL

SIMULADO FINAL

PP RN

POLICIAL PENAL

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PP-RN**, cargo de **Policial Penal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/z4x87pxGMQHpxQdx7>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4qM9n7r>

PROVA OBJETIVA**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 3.

Como será o futuro da saúde?

A meu ver, o futuro da saúde passa pela convergência entre User Experience (UX) e aplicações da Inteligência Artificial. Para entender por que isso ocorre, é preciso primeiro compreender o UX. O conceito de User Experience (UX), ou Experiência do Usuário, originou-se no campo da tecnologia e do design industrial, cunhado por Don Norman na década de 1990 enquanto trabalhava na Apple. Inicialmente focado em como as pessoas interagem com computadores e interfaces digitais, o UX Design rapidamente expandiu suas fronteiras para abranger qualquer interação entre um ser humano e um sistema, produto ou serviço. Na medicina contemporânea, a aplicação dos princípios de UX passou a representar não apenas uma inovação metodológica, mas um imperativo ético e operacional. A transição do modelo biomédico tradicional para um modelo centrado no paciente encontrou no UX Design um método adequado para sua efetivação.

UX na saúde não está ligado apenas à criação de aplicativos com interfaces intuitivas ou telas de prontuários eletrônicos mais agradáveis visualmente. Trata-se sobretudo da qualidade de cada interação entre o paciente e os elementos do ecossistema de cuidado. Desde o momento em que o indivíduo percebe um sintoma e tenta agendar uma consulta, passando pela interação clínica no consultório, até o acompanhamento pós-alta e a adesão contínua ao tratamento (jornada do paciente), cada ponto de contato gera emoções que podem variar da confiança e alívio ao medo e confusão.

A justificativa para o investimento em UX na saúde consolida-se por meio de métricas de sucesso tangíveis. O Retorno sobre o Investimento (ROI) do UX pode ser observado em quatro dimensões principais. Na eficiência operacional, observa-se uma redução significativa (em

torno de 25%) do tempo gasto em tarefas administrativas e burocracia digital, liberando os profissionais para o cuidado direto. Na segurança clínica, o design à prova de erros pode levar a uma redução de até 40% nas taxas de erros de prescrição e identificação de pacientes. Na satisfação, medida por ferramentas como o Net Promoter Score (NPS), intervenções de UX frequentemente resultam em aumentos significativos (ex.: +15 pontos), obtendo maior fidelização e eventual recomendação do serviço. Na viabilidade financeira, por fim, a otimização de processos e a redução de retrabalho e litígios podem gerar uma redução de até 30% no custo operacional. Trata-se, portanto, de um investimento estratégico com retorno mensurável.

Olhando para o horizonte, o futuro da saúde será definido pela convergência entre a Inteligência Artificial (IA) e o UX Design. A IA traz para a mesa um poder computacional sem precedentes, grande capacidade de análise de dados, predição de riscos e alta personalização de tratamentos. No entanto, a IA isolada corre o risco de ser fria, opaca e alienante. É o UX que fornece o contexto humano, constrói a confiança necessária para a adoção da tecnologia, garante a explicabilidade dos algoritmos (tornando as decisões da máquina compreensíveis para médicos e pacientes) e traduz os *insights* de dados em ações clínicas concretas. A interseção entre IA e UX resulta no que podemos chamar de “Medicina de Precisão Humanizada”.

Exemplos práticos dessa convergência já começam a emergir: *chatbots* empáticos que realizam triagem inicial utilizando processamento de linguagem natural acolhedora; sistemas de triagem preditiva que apresentam os riscos de forma visualmente clara e acionável para a equipe de enfermagem; e monitoramento invisível, onde sensores coletam dados vitais continuamente sem exigir esforço ativo do paciente. Portanto, estejamos atentos à inclusão das técnicas de UX ao uso da IA em nossos serviços de saúde. Esta será, sem dúvida, uma perspectiva de futuro da saúde mais inclusiva e eficiente.

(TAHA, Omar. Como será o futuro da saúde? Futuro da Saúde, 19 ago. 2026. Disponível em: <https://futurodasaude.com.br/saude-experiencia-do-usuario-artigo-omar-taha/>. Acesso em: 21 ago. 2026. Adaptado.)

1. O que se pode depreender do Texto I?

- a) O conceito de User Experience foi popularizado por Don Norman na década de 1990, enquanto ele trabalhava na Apple.
- b) O design à prova de erros pode levar a uma redução de mais de 40% nas taxas de erros de prescrição e identificação de pacientes.
- c) A adoção da Inteligência Artificial na área da saúde depende de recursos que tornem suas decisões compreensíveis aos seus usuários.
- d) A Inteligência Artificial substituirá o julgamento clínico dos profissionais nas etapas de triagem e de acompanhamento pós-alta.
- e) O investimento em UX deve ser priorizado apenas pelas instituições que já disponham de sistemas de Inteligência Artificial implantados.

2. O Texto I faz parte de qual tipologia textual?

- a) Narrativo, pois relata uma sequência de fatos vividos por personagens em um tempo determinado.
- b) Descritivo, pois apresenta as características físicas de um objeto por meio de enumeração de traços.
- c) Injuntivo, pois orienta o leitor por meio de instruções sobre um procedimento a ser executado.
- d) Dissertativo-argumentativo, pois defende um ponto de vista com apoio em conceitos, dados e exemplos.
- e) Dialogal, pois reproduz a interação entre dois interlocutores em turnos de fala alternados.

3. No trecho do Texto I “a IA isolada corre o risco de ser fria, opaca e alienante”, os adjetivos “fria” e “opaca” caracterizam qual figura de linguagem?

- a) Hipérbole.
- b) Metáfora.
- c) Metonímia.
- d) Eufemismo.

e) Antítese.

4. Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto.

- a) A equipe começou à atender os casos mais graves.
- b) O relatório foi entregue à ela na semana passada.
- c) O paciente ficou frente à frente com o médico plantonista.
- d) Compareceram à todas as sessões de treinamento da unidade.
- e) Ele se referiu à situação dos pacientes durante a reunião.

5. Assinale a alternativa que apresenta uma oração com ERRO de concordância.

- a) A maioria dos pacientes aguardou o resultado do exame.
- b) Era para nós entregarmos os laudos ao coordenador do setor.
- c) Haviam muitos prontuários pendentes de revisão.
- d) Ele foi um dos que defenderam a mudança do protocolo.
- e) Fui eu que assinei o comunicado interno.

6. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta.

- a) Assistimos ao lançamento do novo sistema de triagem.
- b) A gerente aspira o cargo de diretora clínica há dois anos.
- c) A equipe chegou na clínica antes das oito horas.
- d) Prefiro mais atender pela manhã do que à tarde.
- e) Ele obedeceu as recomendações do protocolo interno.

7. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está correta.

- a) Não entregaram-me o resultado do exame.
- b) Quando avisaram-me, já era tarde demais.
- c) Aqui trabalha-se com dados sensíveis de pacientes.
- d) Ninguém disse para não informá-la.
- e) Todos os documentos que enviaram-me estavam corretos.

8. Preencha as lacunas do período a seguir e assinale a alternativa correta.

“Ninguém explicou _____ o sistema saiu do ar; o gestor quis saber o _____ da falha, mas não houve resposta e até agora não se sabe _____.”

- a) porque – por que – porquê.
- b) por que – porquê – por quê.
- c) por quê – porque – por que.
- d) por que – por que – porquê.
- e) porquê – porque – por quê.

TEXTO II

Leia o texto a seguir para responder às questões de 9 a 11.

Estudo aponta que um filho desobediente tem mais chances de ter sucesso

A capacidade de liderança é um dom bastante valioso na nossa sociedade, possibilitando a um único ser humano mobilizar pessoas em torno de uma ideia, causa ou projeto. E, segundo um estudo da Universidade do Estado do Kansas, nos Estados Unidos, as crianças que mais dão trabalho aos pais podem ser os próximos líderes da nova geração.

A genética encontrada em diretores-executivos com perfil de liderança é similar à genética da criança com desejo de quebrar as regras: crianças com comportamento desobediente, mas *não* violento ou criminoso.

Os psicólogos analisaram dados de 13 mil pessoas para descobrir a influência do gene responsável pelo transporte de dopamina para o cérebro. A dopamina é um neurotransmissor que ajuda a controlar as respostas que o cérebro dá em situações de recompensa e prazer. Eles descobriram que, em crianças desafiadoras, esse gene leva a um comportamento desobediente. Esse gene está ligado à capacidade de liderança em adultos.

Porém, segundo o estudo, o resultado dessa capacidade ser positiva na vida adulta das crianças depende totalmente dos pais e do ambiente onde a criança vive. Se o pequeno for desobediente, mas tiver pais que o apoiam e a habilidade de trabalhar em grupo, será mais propenso a se tornar líder.

(Estudo aponta que um filho desobediente tem mais chances de ter sucesso. Refletir para Refletir. Disponível em: <https://www.refletirpararefletir.com.br/estudo-aponta-que-um-filho-desobediente-tem-mais-chances-de-ter-sucesso>. Acesso em: 21 ago. 2026. Adaptado.)

9. Após a leitura do Texto II, podemos inferir que:

- a) a dopamina é um neurotransmissor que controla as respostas do cérebro em situações que exigem motivação.
- b) os psicólogos analisaram dados de 13 mil pessoas e descobriram gene responsável pelo transporte de dopamina, que determina a capacidade de liderança.
- c) a pesquisa demonstrou que crianças com comportamento violento tendem a ocupar cargos de direção na vida adulta.
- d) um mesmo traço de comportamento pode receber avaliações distintas conforme a fase da vida em que se manifesta.
- e) o estudo recomenda que os pais evitem impor regras muito rígidas às crianças a fim de preservar seu potencial de liderança.

10. No Texto II, no trecho “A capacidade de liderança é um dom bastante valioso na nossa sociedade”, a palavra “dom” pode ser substituída, sem mudança de sentido, por:

- a) Aptidão.
- b) Presente.
- c) Privilégio.
- d) Exigência.
- e) Recompensa.

11. No Texto II, no trecho “Eles descobriram que, em crianças desafiadoras, esse gene leva a um comportamento desobediente”, o pronome “Eles” retoma:

- a) Os diretores-executivos.
- b) Os pais das crianças analisadas.
- c) Os genes transportadores de dopamina.
- d) Os 13 mil participantes do levantamento.
- e) Os psicólogos da Universidade do Estado do Kansas.

12. Em relação ao uso da vírgula, assinale a alternativa correta.

- a) A criança, desenvolve autonomia quando recebe apoio dos pais.
- b) Os pesquisadores concluíram, que o gene influencia o comportamento.
- c) Quando os pais oferecem apoio, a criança desenvolve mais autonomia.
- d) Naquela manhã os psicólogos, analisaram os dados já coletados.
- e) Se o comportamento persistir será necessário o acompanhamento.

13. Assinale a alternativa com palavra acentuada pelo mesmo motivo que a palavra “período”.

- a) Fábrica.
- b) Café.
- c) Fácil.
- d) Saúde.
- e) Herói.

14. Assinale a alternativa em que a concordância nominal está correta.

- a) A enfermeira estava meia cansada no fim do plantão.
- b) Segue anexo as fichas de triagem preenchidas ontem.
- c) É proibida entrada de acompanhantes nesta unidade.
- d) As pacientes responderam: obrigado.
- e) Seguem anexos os laudos solicitados pela chefia do setor.

15. O período “Os psicólogos analisaram os dados”, reescrito na voz passiva analítica, corresponde a:

- a) Os dados analisaram-se pelos psicólogos.
- b) Os dados foram analisados pelos psicólogos.
- c) Analisaram-se os psicólogos nos dados.
- d) Os psicólogos foram analisados pelos dados.
- e) Os dados eram analisados pelos psicólogos.

**HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS
GEOECONÔMICOS DO RN***Sérgio Henrique*

16. O episódio de 30 de setembro de 1883, que marcou a libertação dos escravizados em Mossoró, costuma ser celebrado como um marco pioneiro no abolicionismo brasileiro. A historiografia recente, contudo, tem problematizado leituras que isolam o evento de seus condicionantes sociais, econômicos e políticos locais, destacando o papel da imprensa, das elites urbanas e das pressões sociais acumuladas ao longo do século XIX. Tendo em vista essa abordagem interpretativa, assinale a alternativa correta.

- a) o abolicionismo mossoroense expressou um processo de articulação entre imprensa, associações civis e setores urbanos, no qual a libertação dos escravizados funcionou como estratégia política de afirmação local e de adesão a um ideário liberal-progressista.
- b) o 30 de setembro deve ser compreendido como resultado direto da legislação imperial abolicionista, antecipando localmente os efeitos jurídicos que seriam consolidados apenas com a Lei Áurea.
- c) a abolição em Mossoró configurou um gesto isolado e excepcional, decorrente da benevolência das elites locais, sem vínculos orgânicos com pressões sociais ou com o debate abolicionista nacional.
- d) a libertação dos escravizados em Mossoró esteve vinculada exclusivamente ao declínio econômico da escravidão na região, sendo irrelevantes as disputas simbólicas, políticas e morais que atravessavam o debate público.
- e) a experiência mossoroense integrou um movimento homogêneo de abolições espontâneas no Brasil oitocentista, caracterizado pela ausência de conflitos sociais e pela convergência de interesses entre senhores e escravizados.

17. Os episódios conhecidos como Motim das Mulheres, ocorridos em Mossoró em 1875, tradicionalmente foram descritos pela historiografia oitocentista como atos de desordem popular ligados à resistência ao recrutamento militar. Leituras historiográficas mais recentes, contudo, têm reinterpretado tais eventos à luz das relações entre Estado imperial, economia, gênero e ação coletiva. Considerando essas interpretações, assinale a alternativa correta.

- a) o episódio revela uma ação coletiva popular na qual mulheres, a partir de papéis sociais associados à família e à subsistência, intervieram politicamente contra políticas estatais percebidas como injustas, articulando resistência ao recrutamento, à carestia e à ampliação do controle estatal.
- b) a mobilização feminina expressou um tipo de protesto tradicional, de matriz pré-política, típico de sociedades de Antigo Regime, sem capacidade de diálogo com formas modernas de contestação social.
- c) o Motim das Mulheres deve ser entendido como reação episódica e emocional à política de recrutamento, sem articulação com processos sociais mais amplos, refletindo, sobretudo, a fragilidade institucional do Estado imperial nas províncias do Norte.
- d) o Motim das Mulheres insere-se prioritariamente no contexto da Guerra do Paraguai, sendo explicado pela exaustão demográfica e pelo elevado número de baixas militares, o que teria tornado inviável a continuidade do alistamento compulsório.
- e) a destruição de listas de recrutamento e a invasão de repartições públicas indicam uma rejeição generalizada ao Estado imperial, caracterizando o movimento como insurreição de natureza antimonárquica e revolucionária.

18. A resistência de Mossoró ao ataque do bando de Lampião, em 1927, foi amplamente narrada pela imprensa local e regional. Acerca do contexto político-social da Primeira República, assinale a alternativa correta.

- a) A atuação da imprensa mossoroense limitou-se ao relato factual do ataque, mantendo neutralidade política diante da violência rural característica do cangaço.
- b) A resistência a Lampião foi construída discursivamente como expressão de uma cidade moderna e ordeira, ainda que essa narrativa ocultasse práticas de violência e justicamento incompatíveis com o ideal proclamado.
- c) A derrota do bando de Lampião em Mossoró evidenciou o enfraquecimento do coronelismo no Nordeste durante a década de 1920.
- d) A imprensa associou o cangaço exclusivamente à criminalidade comum, desconsiderando suas conexões com redes políticas e sociais do sertão nordestino.
- e) A mobilização popular contra Lampião em Mossoró reproduziu padrões típicos do banditismo social, aproximando a população urbana das práticas dos próprios cangaceiros.

19. Historicamente, a Capitania do Rio Grande do Norte passou por uma importante transformação econômica no período colonial, deslocando seu foco principal do litoral para o interior. Essa mudança foi fortemente influenciada pela expansão da agropecuária no sertão. Considerando essa evolução e a situação atual da agropecuária potiguar, qual das alternativas a seguir melhor descreve sua relevância histórica e sua contribuição para a economia moderna do estado?

- a) A cana-de-açúcar foi a principal cultura que impulsionou a ocupação do sertão colonial, mas hoje a agropecuária é um setor de pouca expressão econômica.
- b) A pecuária bovina, a cultura do algodão e a produção de alimentos como a farinha de mandioca foram as formadoras da economia do

sertão colonial. Atualmente, a fruticultura irrigada no Polo Açú-Mossoró se destaca como um grande polo de exportação.

- c) O extrativismo de pau-brasil e sal marinho dominou a economia colonial do início ao fim, e a agropecuária sertaneja só se desenvolveu no século XXI com as charqueadas.
- d) A agropecuária no Rio Grande do Norte sempre foi voltada principalmente para o consumo local, e abastecimento do mercado interno, tanto no período colonial quanto atualmente.
- e) A produção de milho e feijão para subsistência foi o único pilar da agropecuária colonial, e hoje a carne bovina é o principal produto de exportação agrícola do estado, superando a fruticultura.

20. Qual das alternativas abaixo melhor descreve a importância e as características da indústria de petróleo e gás natural no cenário potiguar?

- a) Atualmente o Rio Grande do Norte produz petróleo apenas em áreas marítimas (offshore), sem mais extração em terra.
- b) A produção de petróleo e gás no RN é de pequena escala, com reservas quase esgotadas, e sua contribuição para a economia local é baixa.
- c) O Rio Grande do Norte é o maior produtor nacional de petróleo em terra, possui três unidades de processamento de gás natural. O Campo de Santo Amaro é o mais produtivo do Brasil e fica em Mossoró.
- d) A exploração de petróleo e gás no estado é uma atividade recente e a produção é enviada para outros estados devido a incapacidade de refino e produção de gasolina, mesmo possuindo todos insumos necessários.
- e) A indústria de petróleo e gás no Rio Grande do Norte é controlada por uma única empresa estatal, sem espaço para outras companhias.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

21. A respeito da ética no setor público, assinale a alternativa correta.

Marcos, Policial Penal do Estado do Rio Grande do Norte, recebeu durante as festividades do final de ano uma agenda e uma caneta personalizadas enviadas por uma empresa fornecedora de insumos penitenciários. Os itens continham o logotipo da empresa e seu valor estimado totalizava R\$ 80,00. Diante das disposições do Código de Ética (Decreto Estadual nº 33.094/2023), assinale a alternativa correta sobre o recebimento de bens por agentes públicos.

- a) O recebimento do kit é vedado em qualquer circunstância, devendo o agente público devolver o item imediatamente à empresa doadora por se tratar de fornecedora do Estado.
- b) O material recebido por Marcos não se considera presente ou vantagem proibida, pois é distribuído a título de propaganda e possui valor inferior a R\$ 100,00 no ano civil.
- c) A conduta de Marcos é permitida apenas se ele obtiver autorização expressa e prévia do Secretário de Estado de Administração Penitenciária.
- d) O recebimento é irregular, visto que a legislação estadual veda o recebimento de qualquer brinde comercial com valor superior a R\$ 50,00 por item isolado.
- e) O recebimento só seria configurado como brinde aceito se o objeto não tivesse utilidade prática nem logomarca da empresa doadora.

22. Durante uma auditoria preventiva em uma unidade administrativa do Poder Executivo do Rio Grande do Norte, questionou-se a aplicabilidade do Código de Ética a determinados colaboradores que atuam no órgão: Ana (estagiária), Roberto (ocupante de cargo em comissão vinculado ao Vice-Governador) e Carlos (prestador de serviços terceirizado). Considerando o âmbito de aplicação do Decreto Estadual nº 33.094/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O Código de Ética aplica-se apenas aos servidores efetivos de carreira, ficando terceirizados e estagiários sujeitos exclusivamente aos seus contratos de trabalho e ao Código Civil.
- b) Roberto não está submetido às regras da Alta Administração, visto que o regramento da Alta Administração é restrito aos Secretários de Estado e diretores da Administração Indireta.
- c) O Código de Ética aplica-se integralmente a Ana, Roberto e Carlos, abrangendo a Alta Administração, estagiários e prestadores de serviços terceirizados.
- d) Os estagiários submetem-se ao Código de Ética, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade de buscar o conhecimento do texto normativo, sem dever correlato do servidor responsável.
- e) Apenas os cargos ocupados por nomeação e aprovação em concurso público estão ao alcance das vedações do referido Código de Ética Estadual.

23. Lucas, servidor público estadual responsável por fiscalizar empresas do setor de transportes no Rio Grande do Norte, aceitou realizar pareceres consultivos privados para uma das concessionárias submetidas à fiscalização do seu órgão nas horas vagas. Adicionalmente, compartilhou dados sigilosos do sistema interno para auxiliar um amigo em uma licitação. À luz das hipóteses que configuram conflito de interesses no Decreto Estadual nº 33.094/2023, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o vazamento do dado sigiloso configura conflito de interesses, sendo a prestação de serviços fora do expediente permitida por se tratar de livre iniciativa do servidor.
- b) Nenhuma das condutas de Lucas caracteriza conflito de interesses se as atividades externas ocorrerem estritamente fora do seu horário de expediente funcional.
- c) A atuação de Lucas em prol de empresa fiscalizada por seu ente de vínculo e o uso de informação privilegiada caracterizam formalmente situações de conflito de interesses.
- d) O conflito de interesses só resta configurado se comprovado o prejuízo financeiro direto e imediato aos cofres públicos do Estado.
- e) O recebimento de custeio de despesas ou a atuação em consultoria privada por servidor só configura violação ética se houver ordem escrita de proibição emitida pelo superior hierárquico.

24. Durante a rotina de trabalho em uma repartição pública do Estado do Rio Grande do Norte, um gestor passou a adotar condutas reiteradas de isolamento contra uma servidora, atribuindo-lhe tarefas degradantes por meio de comentários velados por escrito. Em outra unidade, um agente público constrangeu formalmente uma subordinada visando obter vantagem sexual. Considerando as definições expressas na Lei Estadual nº 11.902/2024, assinale a alternativa correta.

- a) O assédio moral configura-se por conduta omissiva ou comissiva de natureza abusiva, ainda que

velada, manifestada por gestos, palavras ou atos que possam ocasionar danos à personalidade, dignidade, integridade ou carreira da pessoa.

- b) O assédio sexual exige indispensavelmente a ocorrência de agressão física direta, não se caracterizando caso a conduta seja praticada de maneira velada ou apenas verbal.
- c) A violência patrimonial e a importunação sexual não são consideradas formas de violência no trabalho nos termos da referida legislação estadual.
- d) O assédio moral restringe-se exclusivamente a ações comissivas (atos positivos), excluindo-se as omissões do conceito legal.
- e) O assédio sexual apenas se perfaz nos casos em que o agente não se prevalece de sua condição de agente público para obter a vantagem pretendida.

25. Após regular processo administrativo probatório, constatou-se que determinado agente público estadual cometeu infração caracterizada como assédio no ambiente de trabalho. A autoridade competente passou então a analisar a dosimetria das penas previstas na Lei Estadual nº 11.902/2024. Com base no texto normativo, assinale a alternativa correta.

- a) A pena de multa terá valor fixado rigidamente no montante equivalente a 100% do salário-base do servidor, sendo integralmente destinada ao Tesouro Geral do Estado.
- b) A demissão do agente público é vedada na hipótese de reincidência de faltas punidas com suspensão.
- c) A aplicação de penalidade de multa exclui a obrigatoriedade de o servidor realizar formações voltadas ao aperfeiçoamento funcional.
- d) As penalidades descritas na lei dispensam qualquer tipo de investigação preliminar ou apuração formal prévia.
- e) As receitas arrecadadas com as multas aplicadas serão revertidas e aplicadas em programas de aprimoramento funcional dos profissionais relacionados à temática de violência no trabalho.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

26. Sobre a classificação das constituições, assinale a alternativa correta:

- a) As constituições outorgadas são aquelas elaboradas e aprovadas diretamente pelo povo, por meio de assembleia constituinte.
- b) As constituições rígidas são aquelas que podem ser modificadas pelo mesmo procedimento das leis ordinárias.
- c) As constituições dogmáticas são aquelas formadas por costumes ao longo do tempo, sem um documento escrito.
- d) As constituições flexíveis admitem alteração por processo legislativo ordinário, ao contrário das rígidas, que exigem procedimento especial para emenda.
- e) As constituições históricas são aquelas que surgem de um processo revolucionário e são promulgadas pelo povo.

27. Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, examine as assertivas a seguir:

- I. A dignidade da pessoa humana integra os fundamentos da República Federativa do Brasil, constituindo um dos alicerces do Estado Democrático de Direito e da ordem jurídica nacional.
- II. Nos termos do art. 2º da Constituição Federal, a separação dos Poderes garante a independência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- III. A soberania, elencada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, assegura a independência do Estado brasileiro nas relações internacionais, sem atribuir ao país a prerrogativa de impor sua legislação a outros Estados, que são dotados de autonomia própria.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a assertiva I está correta.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.

- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

28. Após a divulgação de reportagens investigativas que detalhavam supostos esquemas de corrupção envolvendo contratos públicos, um jornalista foi processado criminalmente por um político mencionado nas matérias. Em sua defesa, o jornalista sustentou que a publicação estava integralmente protegida pela liberdade de imprensa, garantia constitucional essencial para a fiscalização social e para a transparência da administração pública.

Ao julgar o caso, o Supremo Tribunal Federal (STF) precisou ponderar os dispositivos do art. 5º da Constituição Federal relativos à liberdade de expressão e à inviolabilidade da honra e imagem, buscando equilibrar a proteção aos direitos de personalidade do político com a preservação da atuação da imprensa em uma sociedade democrática.

Com base nesse cenário, analise as afirmativas a seguir sobre os direitos individuais previstos na Constituição Federal e assinale a correta.

- a) A liberdade de imprensa, por ser garantia essencial ao funcionamento da democracia, deve ser exercida sem qualquer tipo de limitação, não admitindo censura prévia nem responsabilização posterior por seu conteúdo.
- b) A liberdade de expressão assegurada pela Constituição confere ao jornalista imunidade plena contra processos judiciais, ainda que a publicação contenha informações falsas ou ofensivas, desde que ele acredite na veracidade do que divulgou.
- c) O STF reconhece que a liberdade de imprensa não possui caráter absoluto, devendo ser equilibrada com outros direitos fundamentais, como honra, imagem e privacidade, sempre que houver conflito entre esses valores
- d) O artigo 5º da Constituição garante o anonimato como forma de proteção à liberdade de expressão, permitindo ao jornalista divulgar informações sem identificação e sem revelar suas fontes, especialmente em casos de denúncia ou investigação.

e) O direito de resposta, proporcional ao agravo, aplica-se exclusivamente às situações de calúnia e difamação, não abrangendo casos de erro de informação ou divulgação de conteúdo que prejudique a imagem de alguém.

29. Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

- a) O aposentado que permanece filiado ao sindicato possui apenas o direito de votar nas eleições internas, não lhe sendo assegurada a possibilidade de ser eleito para cargos de direção ou representação sindical
- b) A assembleia geral fixará a contribuição destinada ao custeio do sistema confederativo da categoria profissional, autorizando seu desconto em folha, independentemente da contribuição prevista em lei.
- c) Nas empresas com mais de cento e cinquenta empregados, é garantida a eleição de um representante dos trabalhadores, cuja atuação se limita a promover o diálogo direto com o empregador.
- d) É assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais o direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas.
- e) É proibida a dispensa do empregado sindicalizado desde o registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, até um ano após o término do mandato, salvo se suplente ou se houver falta grave devidamente comprovada.

30. Felipe é brasileiro nato e mora no Brasil. Porém, em virtude de seu trabalho, mudará para o país “X”, onde residirá. Ocorre que, referido país “X” impõe, por meio de suas normas, como condição para permanência em seu território, a naturalização de Felipe – o que será feito por ele.

Nesse caso, Felipe

- a) Não perderá automaticamente a sua nacionalidade brasileira, apenas se voltar a residir no Brasil e optar, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.
- b) A aquisição voluntária de outra nacionalidade implica a perda da nacionalidade brasileira, razão pela qual Felipe a perderia assim que concluísse o processo de naturalização no país estrangeiro
- c) Felipe ficará com a nacionalidade brasileira suspensa até que deixe de trabalhar no local.
- d) Felipe perderia a nacionalidade brasileira caso permanecer no país estrangeiro por período superior a um ano contínuo.
- e) Felipe não perderá a sua nacionalidade brasileira.

31. Referente aos direitos políticos, marque a resposta correta.

- a) O analfabeto detém plenos direitos de participação política.
- b) Aos analfabetos são assegurados apenas os direitos políticos ativos, não lhes sendo permitido o exercício dos direitos políticos passivos.
- c) Pedro, com 16 anos de idade, não poderá se alistar como eleitor nem votar, pois o voto somente se torna obrigatório após atingida a maioridade.
- d) O estrangeiro naturalizado brasileiro não pode realizar alistamento eleitoral.
- e) Para disputar outro cargo eletivo, o titular de mandato deve renunciar à função atual até seis meses antes da eleição.

32. Com base nas normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 a respeito da proteção ao Meio Ambiente (Art. 225), assinale a alternativa correta.

- a) A alteração e a supressão de espaços territoriais especialmente protegidos podem ser efetuadas mediante decreto do Poder Executivo, prescindindo de lei em sentido formal.
- b) O estudo prévio de impacto ambiental é exigido para a instalação de qualquer obra ou atividade humana e possui caráter sigiloso para proteger segredos industriais.
- c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- d) A Floresta Amazônica brasileira, o Cerrado e a Caatinga constituem expressamente o rol constitucional de biomas definidos como patrimônio nacional.
- e) A obrigação do explorador de recursos minerais de recuperar o meio ambiente degradado substitui a aplicação de sanções administrativas ou penais.

33. O remédio constitucional adequado quando a ausência de norma regulamentadora impede o exercício de direitos e liberdades previstos na Constituição Federal é:

- a) *Habeas corpus*
- b) Mandado de Segurança
- c) Mandado de Injunção
- d) *Habeas data*
- e) Ação Popular

34. A Constituição Federal organiza a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos, distribuindo competências entre diferentes órgãos que atuam de forma integrada na proteção das pessoas e do patrimônio. Considerando a estrutura constitucional e as atribuições específicas das instituições que compõem o sistema de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- a) Às polícias militares compete, de forma exclusiva, a investigação de infrações penais comuns e o exercício das funções de polícia judiciária, enquanto às polícias civis cabe o policiamento ostensivo voltado à preservação da ordem pública.
- b) A Polícia Federal tem como atribuição principal o patrulhamento ostensivo das rodovias e ferrovias federais, atuando na prevenção de acidentes e na fiscalização do trânsito de veículos e cargas.
- c) As guardas municipais, por serem o órgão de segurança mais próximo do cidadão, são responsáveis, no âmbito de seus territórios, pela investigação de crimes de menor potencial ofensivo e pela execução de mandados de prisão.
- d) Ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, excetuadas as de natureza militar, são atribuições das polícias civis, que são dirigidas por delegados de polícia de carreira.
- e) As polícias civis não integram a estrutura do Poder Executivo, uma vez que constituem órgãos dotados de autonomia administrativa, funcional e financeira.

35. Diante de grave e iminente instabilidade institucional que ameaça a ordem pública, o Presidente da República decretou estado de defesa. Considerando as disposições da Constituição Federal sobre esse instrumento excepcional, assinale a alternativa correta.

- a) A decretação do estado de defesa dispensa a prévia oitiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- b) Durante o estado de defesa, pode haver restrição ao direito de reunião, inclusive quando exercido dentro de associações.
- c) O estado de defesa possui duração máxima de quarenta e cinco dias, não sendo admitida sua prorrogação.
- d) Na vigência do estado de defesa, é autorizada a incomunicabilidade do preso.
- e) O estado de defesa pode ser decretado para locais não determinados.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

36. No que se refere aos princípios expressos e implícitos da Administração Pública, à sua natureza jurídica e à sua posição no sistema normativo brasileiro, assinale a opção **correta**.

- a) Somente os princípios expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal possuem natureza jurídica normativa, sendo os princípios implícitos meros instrumentos auxiliares de interpretação, desprovidos de força vinculante direta sobre a Administração Pública.
- b) O princípio da eficiência sempre integrou o rol dos princípios constitucionais expressos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, não tendo jamais sido tratado como princípio implícito pela doutrina ou pela jurisprudência.
- c) Os princípios expressos da Administração Pública restringem-se aos cinco princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal, inexistindo previsão expressa de princípios administrativos em normas infraconstitucionais de caráter geral.
- d) Os princípios implícitos decorrem da interpretação sistemática do ordenamento jurídico e da construção doutrinária e jurisprudencial, não estando nominados expressamente no texto constitucional ou legal, mas vinculando a atuação administrativa com força normativa equivalente aos princípios expressos.
- e) Existe hierarquia entre os princípios administrativos, de modo que o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado deve prevalecer, de forma absoluta e abstrata, sobre todos os demais princípios da Administração Pública.

37. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, considerando as disposições relativas à configuração dos atos de improbidade e à aplicação das sanções, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não caracteriza improbidade administrativa, salvo quando comprovada a prática de ato doloso com essa finalidade.
- b) A mera nomeação ou indicação política realizada por detentor de mandato eletivo não configura, por si só, improbidade administrativa, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
- c) Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado e somente podem ser sancionados quando também houver reconhecimento de dano ao erário ou enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- d) Excepcionalmente e mediante motivos relevantes devidamente justificados, a proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado, devendo ser considerados os impactos econômicos e sociais da sanção e preservada a função social da pessoa jurídica.
- e) Nos atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa, a sanção limita-se à multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando cabíveis

38. No que se refere ao poder regulamentar no direito administrativo brasileiro, assinale a opção **correta**.

- a) O poder regulamentar consiste na prerrogativa conferida à Administração, especialmente ao chefe do Poder Executivo, para editar atos normativos destinados a complementar, detalhar e possibilitar a execução das leis, sem inovar no ordenamento jurídico.
- b) O poder regulamentar autoriza a Administração Pública a criar direitos, obrigações e sanções não previstas em lei, desde que isso seja necessário para atender ao interesse público.
- c) O poder regulamentar permite ao chefe do Poder Executivo editar leis ordinárias ou complementares sempre que julgar conveniente para a Administração, independentemente de autorização legislativa específica.
- d) O poder regulamentar é exercido exclusivamente por chefes de repartição e órgãos administrativos internos, não sendo atribuição do chefe do Poder Executivo.
- e) O poder regulamentar possui natureza punitiva e disciplinar, pois sua principal finalidade é estabelecer sanções administrativas aos servidores públicos

39. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, acerca da realização do leilão, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O leilão poderá ser atribuído a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, cabendo a regulamentação dispor sobre seus procedimentos operacionais.
- b) Caso a Administração opte pela utilização de leiloeiro oficial, sua seleção deverá ocorrer mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão, adotando-se o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas.

c) O edital do leilão deverá ser divulgado em sítio eletrônico oficial e conter, entre outras informações, a descrição do bem, o valor de sua avaliação, o preço mínimo de alienação, as condições de pagamento e a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências.

d) Além da divulgação em sítio eletrônico oficial, o edital será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração, podendo ainda ser divulgado por outros meios destinados à ampliação da publicidade e da competitividade da licitação.

e) O leilão exige registro cadastral prévio e fase de habilitação, devendo sua homologação ocorrer imediatamente após a fase de lances e antes da fase recursal e do pagamento pelo licitante vencedor

40. No que se refere às espécies de atos administrativos — normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos — assinale a opção **correta**.

a) Atos normativos possuem comandos gerais e abstratos e podem inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações não previstos em lei, desde que voltados à execução da função administrativa.

b) Atos ordinatórios decorrem do poder hierárquico e têm por finalidade disciplinar o funcionamento interno da Administração, orientando agentes subordinados quanto à execução de atividades e serviços públicos.

c) Atos negociais caracterizam-se pelo exercício do poder de império, sendo dotados de imperatividade e autoexecutoriedade, ainda que decorram de solicitação do particular.

d) Atos enunciativos criam, modificam ou extinguem direitos, produzindo efeitos jurídicos imediatos e autônomos.

e) Atos punitivos independem de motivação expressa, pois a aplicação de sanção administrativa é inerente à supremacia do interesse público

41. Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018 relativas ao consentimento e aos dados anonimizados, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) É vedado o tratamento de dados pessoais quando houver vício de consentimento.
- b) O consentimento deve estar relacionado a finalidades determinadas, sendo nulas as autorizações genéricas para tratamento de dados pessoais.
- c) Quando o consentimento for exigido, ele será considerado nulo caso as informações apresentadas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido previamente apresentadas de forma transparente, clara e inequívoca.
- d) Havendo mudança de finalidade incompatível com o consentimento originalmente fornecido, o controlador deverá informar previamente o titular, que poderá revogar seu consentimento caso discorde da alteração.
- e) Uma vez submetidos a processo de anonimização, os dados deixam definitivamente de ser considerados dados pessoais para os fins da Lei, ainda que a anonimização possa ser revertida mediante esforços razoáveis

42. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, especialmente quanto aos seus requisitos, causas excludentes ou atenuantes, formas de reparação do dano e direito de regresso, assinale a opção **correta**.

- a) A responsabilidade civil do Estado exige, em todas as hipóteses, a comprovação de dolo ou culpa do agente público responsável pelo dano causado ao particular.
- b) A responsabilidade objetiva do Estado, fundada na teoria do risco administrativo, pressupõe a existência de dano, a prática de ação administrativa, o nexo causal entre essa ação e o prejuízo sofrido e a inexistência de causa excludente da responsabilidade estatal.
- c) O caso fortuito e a força maior não interferem na responsabilidade civil do Estado, sendo

irrelevantes para fins de exclusão ou atenuação do dever de indenizar.

- d) O pagamento de indenização ao particular pelo Estado impede o ajuizamento de ação regressiva contra o agente público responsável pelo dano.
- e) O direito de regresso contra o agente público pode ser exercido independentemente da comprovação de dolo ou culpa

43. No que se refere à centralização, descentralização, concentração e desconcentração administrativas, assinale a opção **correta**.

- a) A desconcentração administrativa ocorre quando a Administração Pública transfere a execução de determinado serviço público a outra pessoa jurídica, mantendo a titularidade da atividade, como ocorre nas concessões e permissões de serviços públicos, nas quais o ente estatal apenas fiscaliza a atuação da entidade executora.
- b) A descentralização administrativa ocorre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, mediante a criação de novos órgãos internos, sem personalidade jurídica própria, com a finalidade de especializar as atividades administrativas e tornar a atuação estatal mais eficiente e organizada.
- c) Na centralização administrativa, o ente estatal transfere a titularidade e a execução do serviço a entidades administrativas da Administração Indireta, permanecendo apenas com o poder de supervisão, controle finalístico e fiscalização das atividades desempenhadas.
- d) A desconcentração administrativa consiste na distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, com a criação de órgãos desprovidos de personalidade jurídica, organizados de forma hierarquizada, com o objetivo de tornar mais ágil e eficiente a execução das atividades administrativas.
- e) A descentralização administrativa pressupõe a atuação direta do ente estatal, por meio de seus próprios órgãos e agentes públicos, sem a intermediação de outras pessoas jurídicas, sendo típica das atividades exercidas no âmbito da Administração Direta

44. No que se refere ao controle exercido pela própria Administração Pública sobre seus atos e atividades, especialmente no âmbito do poder de autotutela e de suas consequências jurídicas, assinale a opção **correta**.

- a) O controle administrativo decorre do poder-dever de autotutela, permitindo à Administração anular atos ilegais, por vício de legalidade, e revogar atos válidos, quando se tornarem inconvenientes ou inoportunos, observados os direitos adquiridos.
- b) O controle administrativo possui natureza externa, pois consiste na fiscalização exercida por um Poder sobre atos administrativos praticados por outro, especialmente quando o Legislativo ou o Judiciário revisam atos administrativos.
- c) No exercício do controle administrativo, a Administração pode revogar atos ilegais por motivo de conveniência e oportunidade e anular atos inconvenientes, desde que respeitados os direitos adquiridos.
- d) O controle administrativo limita-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, sendo vedada a análise de aspectos relacionados à conveniência e à oportunidade, pois esses elementos são exclusivos do controle judicial.
- e) O controle administrativo somente pode ser exercido mediante provocação do interessado, sendo vedada a atuação de ofício por parte da Administração, sob pena de violação ao princípio da inércia administrativa

45. À luz da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, acerca do direito de acesso, do extravio de informações e da divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Caso uma informação seja apenas parcialmente sigilosa, deve ser assegurado acesso à parcela não protegida pelo sigilo, mediante certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sigilosa.
- b) O acesso aos documentos ou às informações utilizados como fundamento de determinada tomada de decisão e do respectivo ato

administrativo será assegurado com a edição do ato decisório correspondente.

- c) A negativa não fundamentada de acesso às informações objeto de pedido dirigido aos órgãos e entidades abrangidos pela Lei poderá sujeitar o responsável a medidas disciplinares.
- d) Informado sobre o extravio da informação solicitada, o interessado poderá requerer a imediata abertura de sindicância, devendo o responsável por sua guarda justificar o fato e indicar testemunhas, no prazo de dez dias.
- e) A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades públicas depende de prévio requerimento do interessado, não sendo exigida sua divulgação por iniciativa da própria Administração

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

46. Com base nas Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok), assinale a alternativa correta.

- a) Serão oferecidos às presas serviços de atendimento médico voltados especificamente para mulheres, ainda que inferiores àqueles disponíveis na comunidade.
- b) Visitas íntimas devem ser sempre permitidas.
- c) Mulheres presas sempre deverão permanecer em prisões próximas ao seu meio familiar ou local de reabilitação social.
- d) Deverá ser oferecido treinamento básico aos/as funcionários/as das prisões sobre as principais questões relacionadas à saúde da mulher, além de medicina básica e primeiros socorros.
- e) Toda informação relativa à identidade das crianças deverá ser pública e o uso de tais informações deverá sempre obedecer à exigência de garantir o melhor interesse das crianças.

47. O Decreto 12.341/2024 disciplina o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. De acordo com a referida legislação, é correto afirmar que

- a) Os profissionais de segurança pública deverão priorizar a comunicação, a negociação e o emprego de técnicas que impeçam uma escalada da violência.
- b) O emprego de instrumento de menor potencial ofensivo, diferentemente das armas de fogo, é direito de qualquer cidadão.
- c) A capacitação de profissionais de segurança pública sobre o uso da força deve ser realizada fora do horário de serviço.
- d) É legítimo o uso de arma de fogo no caso de pessoa desarmada, desde que esteja em fuga.
- e) Sempre que o uso da força resultar em ferimento ou morte, o profissional da segurança pública deverá responder a processo administrativo disciplinar.

48. Considerando o disposto na Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assinale a alternativa correta.

- a) A ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública poderá ser invocada como justificção para a tortura.
- b) Circunstâncias excepcionais como ameaça ou Estado de guerra podem ser invocadas para justificar a tortura.
- c) É vedada a expulsão de uma pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que ela corre perigo de ali ser submetida a tortura.
- d) Não se admite a denúncia da referida convenção.
- e) Correrão por conta das Nações Unidas as despesas em que vierem a incorrer os membros do Comitê contra a Tortura.

49. Com base na Convenção Americana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a retribuição pelo crime cometido.
- b) Os processados devem ficar juntos dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais.
- c) Os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença constituem trabalhos forçados.
- d) A pena pode passar da pessoa do delinquente.
- e) Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.

50. Considerando a discussão entre o regime jurídico da segurança pública e a sua conexão com os direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- a) Há uma incompatibilidade entre a noção de direitos humanos e de segurança pública.
- b) Para que os direitos humanos sejam efetivamente conservados, é imprescindível garantir-se a segurança pública
- c) A valorização dos órgãos policiais significa uma afronta aos direitos humanos.
- d) Diante da incompatibilidade da ética e da moral com a prática criminosa, os delinquentes devem ser privados de seus direitos fundamentais.
- e) Não existe qualquer ligação entre segurança pública e direitos humanos.

51. Para que os tratados sobre direitos humanos tenham *status* equivalente ao das emendas constitucionais, exige-se

- a) Decreto do Presidente da República, após autorização da Câmara dos Deputados.
- b) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por dois terços dos votos dos respectivos membros
- c) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros
- d) Decreto do Presidente da República, após autorização do Senado Federal.
- e) Aprovação do Presidente da República, seguido de referendo popular.

52. Considerando as regras mínimas das nações unidas para tratamento dos presos (Regras de Mandela), assinale a alternativa correta.

- a) As celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso.
- b) O sistema de registro dos presos não poderá ser utilizado para gerar dados confiáveis acerca de tendências e características da população prisional.
- c) Todo preso deve ter a oportunidade, desde que em dia pré-determinado, de fazer solicitações ou reclamações ao diretor da unidade prisional.
- d) Os presos devem ser alocados, na medida do possível, em unidades prisionais distantes da sua casa.
- e) Se um preso trouxer quaisquer medicamentos, cabe ao diretor do estabelecimento a decisão sobre a sua utilização.

53. Considerando as regras mínimas das nações unidas para tratamento dos presos (Regras de Mandela), assinale a alternativa correta.

- a) Instrumentos de imobilização podem ser utilizados como sanção a infrações disciplinares.
- b) As crianças nas unidades prisionais com seu pai ou sua mãe devem ter o mesmo tratamento dos presos.
- c) Todo preso que não trabalhar a céu aberto deve ter pelo menos três horas diárias de exercícios ao ar livre, se o clima permitir.
- d) Toda unidade prisional deve ter uma biblioteca para uso de todas as categorias de presos.
- e) A administração prisional deve informar o preso sobre a morte de parente próximo, cônjuge ou companheiro, em até cinco dias do recebimento da notícia.

54. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), são legitimados a submeter um caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos:

- a) Somente os Estados-Partes.
- b) Somente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- c) Qualquer cidadão de Estado-Parte.
- d) Estados-Partes, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e qualquer cidadão de Estado-Parte.
- e) Somente os Estados-Partes e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

55. Os direitos civis e políticos são característicos da

- a) primeira dimensão dos direitos humanos.
- b) segunda dimensão dos direitos humanos.
- c) terceira dimensão dos direitos humanos.
- d) quarta dimensão dos direitos humanos.
- e) quinta dimensão dos direitos humanos.

EXECUÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

56. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), se o indivíduo, primário, for condenado pelo crime de feminicídio para preencher o requisito objetivo para progredir de regime deverá cumprir:

- a) 30% do total da pena.
- b) 40% do total da pena.
- c) 75 % do total da pena.
- d) 60% do total da pena.
- e) 70% do total da pena.

57. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984), marque a alternativa que traga o prazo máximo, por falta, do regime disciplinar diferenciado:

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.
- e) 5 anos.

58. Quanto à progressão de regime marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984) que traga o que é necessário para o preenchimento do requisito subjetivo, depois do advento da Lei nº 14.846/2024, para o preso usufruir do benefício.

- a) Boa conduta carcerária, somente
- b) Exame criminológico, somente
- c) Primariedade, somente
- d) Boa conduta carcerária e o resultado favorável do exame criminológico.
- e) Cumprimento de 80% do total da pena

59. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça quem fiscaliza a saída temporária do preso é:

- a) Diretor do Estabelecimento.
- b) Procurador da República
- c) Juiz da Execução Penal
- d) Juiz Criminal
- e) Promotor de Justiça

60. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984), caso um preso pratique uma falta grave o Diretor do Estabelecimento Prisional poderá aplicar como sanção disciplinar o isolamento por até

- a) 10 dias
- b) 20 dias
- c) 30 dias
- d) 40 dias
- e) 50 dias

61. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), o preso primário para obter a saída temporária deverá cumprir ao menos:

- a) 1/6 da pena.
- b) 1/5 da pena.
- c) 1/4 da pena.
- d) 1/3 da pena.
- e) 2/3 da pena.
- e) fechado ou semiaberto

62. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), com o advento da Lei nº 15.280/2025, o condenado por crime contra a dignidade sexual somente obterá o livramento condicional

- a) Pelo resultado favorável do exame criminológico
- b) Cumprir 70% do total da pena se for primário.
- c) Cumprir 80% do total da pena se for primário.
- d) Cumprir 75% do total da pena se for reincidente
- e) Cumprir 85% do total da pena se for reincidente específico.

63. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), caso um preso tenha 30 dias de efetivo trabalho ele terá direito a:

- a) 10 dias de remição.
- b) 20 dias de remição.
- c) 40 dias de remição.
- d) 30 dias de remição.
- e) 50 dias de remição.

64. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), marque a alternativa abaixo que traga uma espécie de sanção disciplinar:

- a) Advertência por escrito.
- b) isolamento por até 20 dias.
- c) suspensão de direitos por 45 dias.
- d) isolamento preventivo de 15 dias.
- e) Restrição de direitos por até 30 dias.

65. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a Casa do Albergado serve para abrigar os presos condenados ao cumprimento de pena em regime:

- a) fechado.
- b) semiaberto.
- c) aberto e fechado.
- d) aberto e semiaberto.
- e) aberto e da pena de limitação de fim de semana.

66. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), são características do regime disciplinar diferenciado, exceto:

- a) Recolhimento em cela individual.
- b) visitas quinzenais, de 3 (três) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 3 (três) horas.

c) entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.

- d) fiscalização do conteúdo da correspondência.
- e) banho de sol diariamente

67. Marque a alternativa correta que traga um estabelecimento penal que de acordo com a Lei de Execução Penal deverá ser construído distante do centro urbano.

- a) Colônia agrícola.
- b) Cadeia Pública.
- c) Casa do Albergado.
- d) Penitenciária Feminina.
- e) Penitenciária Masculina.

68. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a prática de falta grave não gera:

- a) Interrupção do prazo para fins de progressão de regime.
- b) regressão do regime
- c) desconto de até 1/3 dos dias remidos
- d) revogação de saída temporária.
- e) interrupção do prazo para fins de livramento condicional.

69. Marque abaixo a única sanção disciplinar, de acordo com a Lei de Execução Penal, que pode ser aplicada pelo Juiz da Execução Penal:

- a) advertência verbal;
- b) repreensão;
- c) suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único);
- d) isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei.
- e) inclusão no regime disciplinar diferenciado.

70. Um preso foi pego, por um policial penal no Rio Grande do Norte, portando um instrumento capaz de ofender a integridade física de uma pessoa. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), nesse caso o interno será punido por falta disciplinar:

- a) leve.
- b) média.
- c) grave.
- d) gravíssima.
- e) tentada

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Fábio Ramos

71. De acordo com o que dispõe a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte:

I - O Estado do Rio Grande do Norte tem como um dos seus fundamentos a autonomia do Estado e seus Municípios.

II - A lei adota procedimento sumário de apuração de responsabilidade por desrespeito à integridade física e moral dos presos, cominando penas disciplinares ao servidor estadual, civil ou militar, encontrado em culpa.

III - Não sendo hipótese de “habeas-data”, o interessado poderá exigir judicialmente as informações de seu interesse particular, devendo o Juiz competente prestar, ouvido quem as deva prestar, no prazo cinco (5) dias, decidir, em vinte e quatro (24) horas, intimando o responsável pela recusa ou omissão a fornecer as informações requeridas.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas o item III está certo.

72. À luz do disposto na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte:

- a) O domicílio eleitoral na circunscrição não é uma das condições de elegibilidade, na forma da lei.
- b) O Governador do Estado para concorrer a outros cargos deve renunciar aos respectivos mandatos até três (3) meses antes do pleito.
- c) A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- d) Os símbolos do Estado são somente a bandeira e o hino.
- e) A fixação de imagem de Chefe de Poder ou Presidente de Órgão nas repartições públicas é permitida.

73. O Estado, á Luz da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, pode:

- a) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei
- b) instituir, mediante plebiscito, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
- c) organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar, mas não o Corpo de Bombeiros Militar.
- d) A alienação, a qualquer título, de bens imóveis do Estado, independe de licitação e prévia autorização legislativa.
- e) Recusar fé aos documentos públicos.

74. Josafá, Vereador do Município de Arreia Branca, propôs que a Câmara aprovasse, na legislatura atual, uma lei estabelecendo os valores dos subsídios dos Vereadores que assumiriam os mandatos na próxima legislatura.

Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Independente dos limites estabelecidos pela Constituição Federal, a Câmara Municipal pode fixar livremente o subsídio dos Vereadores.
- b) O subsídio dos Vereadores deve ser fixado pelas respectivas Câmaras Municipais na mesma legislatura em que os Vereadores receberão os valores.
- c) O Vereador Josafá está correto na sua proposta.
- d) O subsídio dos Vereadores deve ser fixado pelo Prefeito Municipal, por decreto, antes do início de cada legislatura.
- e) o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.

75. Marque a alternativa correta conforme a Constituição Estadual do RN:

- a) À Polícia Civil incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia penal e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- b) A Polícia Penal Estadual cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- c) Lei Ordinária disciplinará a organização, o funcionamento, a estruturação da carreira, os direitos, os deveres e as prerrogativas da Polícia Penal Estadual.
- d) O Estado aplicará, anualmente, 9,3% (nove inteiros e três décimos por cento) no mínimo, da receita corrente orçamentária nos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado, não podendo estender estes recursos assegurados ao Fundo Penitenciário do Rio Grande do Norte.
- e) O preenchimento do quadro dos servidores da Polícia Penal Estadual será feito, exclusivamente,

por meio da transformação dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários.

76. São princípios institucionais que orientam a atuação de seus servidores, segundo a Lei Complementar nº 566/2016:

- a) preservação da integridade física, mas não moral da pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, de vigilância e custódia
- b) exercício das atividades penitenciárias com improbidade, moderação e respeito
- c) promoção das medidas de reintegração socioeducativa de condenados e de conjugação da sua educação como o trabalho produtivo e reinserção social.
- d) respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana, não garantindo a sua integridade física e moral
- e) constantes buscas de formas alternativas à melhoria do sistema prisional, com vistas à não ressocialização dos apenados

77. Para os fins da aplicação da Lei Complementar nº 566/2016, são exigidos do candidato, dentre outras:

I - estar quite com as obrigações eleitorais e militares, quando for o caso

II - possuir carteira nacional de habilitação

III – ter conduta social ilibada

IV - ter conduta social ilibada

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.

78. De acordo com o texto da Lei Complementar nº 566/2016, é considerado como de efetivo exercício no cargo, para efeito de hierarquização, o tempo relativo a:

- a) prisão decorrente de decisão judicial e faltas injustificadas
- b) gozo de licença para trato de interesses do órgão
- c) cessão a outros órgãos, inclusive nos casos elencados no art. 30, § 1º, desta Lei Complementar
- d) afastamento com remuneração para acompanhar cônjuge ou companheiro
- e) suspensão disciplinar por decisão judicial

79. Conforme a Lei Complementar nº 566/2016, o servidor removido poderá requerer a revisão de sua remoção ao Secretário de Estado da Administração Penitenciária, no prazo de _____ dias, contados a partir da data de publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

- a) 10 (dez)
- b) 7 (sete)
- c) 5 (cinco)
- d) 2 (dois)
- e) 15 (quinze)

80. A luz da Lei Complementar nº 566/2016, são deveres do Policial Penal, entre outros:

- I - adotar as providências cabíveis e fazer as comunicações devidas, em face das irregularidades que ocorram em serviço ou de que tenha conhecimento
- II - fazer cumprir as funções, os princípios e fundamentos institucionais que regem o Sistema Penitenciário
- III - fazer uso correto do uniforme, identidade funcional, brevês e distintivos do Sistema Penitenciário, conforme disciplinado em regulamento próprio

IV - exercer as atividades administrativas no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP)

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Todos os itens estão certos
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.
- e) Apenas o item II está certo.

81. De acordo com Lei Complementar 122/1994, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a estágio probatório e sua aptidão para o desempenho do cargo é objeto de avaliação, em função dos fatores abaixo, entre outros:

- a) capacidade de iniciativa
- b) impontualidade
- c) desinteresse pelo serviço
- d) improbidade
- e) indisciplina

82. À luz da Lei Complementar 122/1994, a Promoção é a elevação do servidor na carreira, pela passagem à classe superior imediata da respectiva categoria funcional, obedecido o interstício de ____ na classe.

- a) 1 (um) ano
- b) 3 (três) anos
- c) 4 (quatro) anos
- d) 2 (dois) anos
- e) 5 (cinco) anos

83. Maria, servidora do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, a pedido da Administração, por necessidade de serviço em outro setor, foi deslocá-la para outra unidade do Sistema Penitenciário.

Maria questionou a medida, afirmando que a Administração não poderia removê-la.

Considerando a Lei Complementar 122/1994, assinale a alternativa correta

- a) A remoção não poderia acontecer, pois a servidora não manifestou o interesse de deslocamento para outro setor.
- b) A Administração não poderá remover a servidora, pois a lotação inicial é permanente.
- c) A Administração agiu corretamente, pois ocorreu a necessidade do serviço em outro setor de trabalho
- d) A remoção implica a perda do cargo anteriormente ocupado pela servidora.
- e) A remoção consiste na mudança do cargo ocupado pela servidora.

84. São vantagens do servidor, conforme a Lei complementar 122/1994:

- a) indenizações, adicionais e transporte
- b) gratificações, ajuda de custo e diárias
- c) gratificações, adicionais e transporte
- d) indenizações, gratificações e ajuda de custo
- e) indenizações, gratificações e adicionais

85. À luz da Lei complementar 122/1994, a licença para trato de interesses particulares, pode ser concedida pelo prazo de até ____ anos consecutivos, ____ remuneração.

- a) 5 (cinco); com
- b) 3 (três); com
- c) 3 (três); sem
- d) 5 (cinco); sem
- e) 2 (dois); sem

86. À luz do disposto na Lei complementar 122/1994, o servidor pode ausentar-se do serviço:

- a) por 2 (dois) dias, para doação de sangue.
- b) por 10 (dez) dias consecutivos, em razão de casamento.
- c) por 3 (três) dias, para se alistar como eleitor.
- d) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda judicial ou tutela e irmãos.
- e) por até 2 (dois) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

87. Conforme a Lei complementar 122/1994, complete as lacunas abaixo referente a prescrição do direito do servidor de requerer:

I - em _____ anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial ou créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em _____ dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

- a) 10 (dez); 120 (cento e vinte)
- b) 120 (cento e vinte); 5 (cinco)
- c) 5 (cinco); 120 (cento e vinte)
- d) 3 (três); 120 (cento e vinte)
- e) 5 (cinco); 110 (cento e dez)

88. À luz do disposto na Lei complementar 122/1994, a respeito da advertência e suspensão do servidor:

- a) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão pode ser convertida em multa, na base de 40% (quarenta por cento) por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- b) A suspensão é aplicada em caso de reincidência em falta punida com advertência.
- c) A advertência é aplicada verbalmente, no caso de inobservância de dever funcional.
- d) As penalidades de advertência e de suspensão têm seus registros cancelados, após o decurso de 05 (cinco) e 03 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- e) O cancelamento da penalidade surte efeitos retroativos.

89. Assinale a opção correta de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 122/1994:

- I - A ação disciplinar prescreve em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento
- II – A ação disciplinar prescreve em 190 (cento e noventa) dias, quanto às infrações puníveis com advertência.
- III – A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item III está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas o item I está certo.
- e) Todos os itens estão certos

90. Conforme com o que dispõe a Lei Complementar 122/1994, marque a resposta incorreta referente ao processo disciplinar:

- a) O processo disciplinar tem as fases de instauração, inquérito e julgamento
- b) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não deve exceder a 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão
- c) Sempre que necessário, a comissão dedica tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
- d) no inquérito compreende instrução, defesa e relatório
- e) As reuniões da comissão são registradas a atas que devem detalhar as deliberações adotadas.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

91. Durante visita a uma unidade prisional, Gustavo e Leonardo ofereceram vantagem indevida a um Policial Penal responsável pela revista, para que este permitisse a entrada de um aparelho celular na unidade sem passar pelo procedimento regulamentar, praticando assim, em tese, o crime de corrupção ativa. No curso do procedimento disciplinar, apurou-se que Gustavo era portador de transtorno mental que, ao tempo da conduta, reduzia parcialmente sua capacidade de compreender o caráter ilícito do fato. Apurou-se, ainda, que Leonardo se encontrava em estado de embriaguez completa, decorrente de ingestão voluntária e excessiva de bebida alcoólica antes da visita. Diante desse quadro, é correto afirmar que:

- a) Gustavo é considerado semi-imputável, e Leonardo é imputável
- b) Gustavo é considerado inimputável, e Leonardo é imputável, com redução de pena
- c) Gustavo é considerado inimputável, e Leonardo é imputável, sem redução de pena
- d) ambos serão considerados inimputáveis
- e) ambos serão considerados plenamente imputáveis

92. Acerca das penas privativas de liberdade e dos diferentes regimes prisionais, assinale a alternativa correta:

- a) considera-se regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado
- b) considera-se regime semiaberto a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média
- c) considera-se regime aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar
- d) a pena de detenção pode, em qualquer hipótese, ser cumprida desde o início em regime fechado

- e) a pena de detenção deve ser cumprida em regime inicial aberto

93. Marcos, Policial Penal responsável pela custódia de aparelhos celulares apreendidos durante revistas na unidade prisional em que atua, deixou, por negligência, de lacrar corretamente o armário destinado à guarda desses objetos ao término de seu plantão. Valendo-se dessa falha, Ronaldo, também Policial Penal, subtraiu um dos aparelhos apreendidos, avaliado em R\$ 1.800,00, para uso pessoal. Após o oferecimento da denúncia contra Marcos, mas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, Marcos efetuou a reparação integral do dano causado ao patrimônio público.

Nessa hipótese, conforme o Código Penal, a conduta de Marcos:

- a) configura peculato-furto, incidindo apenas atenuante genérica em razão da reparação do dano
- b) caracteriza corrupção passiva privilegiada, com redução obrigatória da pena em razão do ressarcimento
- c) configura peculato culposo, sendo extinta sua punibilidade em razão da reparação do dano ter ocorrido antes da sentença irrecorrível
- d) é atípica, em razão da reparação do dano e da reduzida ofensividade da conduta
- e) configura peculato culposo, sendo cabível apenas a redução da pena pela metade

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

94. João foi preso em flagrante pela prática de furto qualificado. Durante a custódia, o delegado de polícia deixou de comunicar imediatamente a prisão ao juiz competente, conforme exige a legislação processual penal. Diante dessa omissão, a defesa técnica de João impetrou habeas corpus, alegando ilegalidade na manutenção da prisão por ausência de comunicação tempestiva à autoridade judiciária.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta quanto ao instituto do habeas corpus nessa hipótese:

- a) O habeas corpus não pode ser conhecido, pois esse remédio constitucional somente é cabível após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) A coação será considerada ilegal quando o processo for manifestamente nulo, sendo esta uma das hipóteses expressamente previstas no artigo que trata do cabimento do habeas corpus.
- c) O habeas corpus somente pode ser impetrado pelo próprio preso, não sendo admitida a impetração por advogado ou por qualquer pessoa em seu favor.
- d) Compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de habeas corpus impetrado contra ato de delegado de polícia, ainda que a prisão tenha ocorrido em comarca do interior.
- e) A concessão de habeas corpus está condicionada ao recolhimento prévio do paciente à prisão, sob pena de não conhecimento do remédio constitucional.

95. Pedro foi condenado pelo Tribunal do Júri à pena de 15 (quinze) anos de reclusão pela prática de homicídio qualificado. Inconformada, a defesa pretende recorrer da decisão, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal acerca do recurso de apelação, assinale a alternativa correta:

- a) Caberá apelação quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos, sendo vedado, no entanto, um segundo recurso pelo mesmo motivo caso o novo julgamento mantenha a conclusão.
- b) O prazo para interposição do recurso de apelação é de 10 (dez) dias, contados da data da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.
- c) A apelação interposta contra decisão do Tribunal do Júri sempre acarretará novo julgamento pelo tribunal ad quem, que decidirá diretamente o mérito da causa em substituição aos jurados.
- d) O recurso de apelação, uma vez interposto, deve necessariamente ser processado com efeito suspensivo automático em todas as hipóteses previstas no Código de Processo Penal.
- e) A apelação contra as sentenças proferidas por juiz singular deve ser sempre interposta no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da sentença.

96. Durante investigação policial, restou demonstrado que o investigado, solto, vinha ameaçando testemunhas-chave do processo, com o intuito de impedir que estas prestassem depoimento em juízo. O delegado de polícia representou pela prisão preventiva do investigado.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal relativas à prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo juiz, tanto na fase de investigação quanto no curso do processo penal, sempre que este entender necessário para a garantia da ordem pública.
- b) A decretação da prisão preventiva prescinde de fundamentação em elementos concretos dos autos, bastando a menção genérica ao tipo penal imputado ao investigado.
- c) A conveniência da instrução criminal, caracterizada pela ameaça a testemunhas, não constitui fundamento apto a justificar a decretação da prisão preventiva, sendo cabível, nessa hipótese, apenas a prisão temporária.
- d) A prisão preventiva é medida cautelar de aplicação automática sempre que o crime investigado for apenado com reclusão, independentemente da análise de outros requisitos legais.
- e) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria ou de participação.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
(*INSERIDA NO CONTEÚDO DE DIREITO
PENAL E PROCESSO PENAL)**

Ivo Martins

97. Com base na Lei nº 7.210/1984 — Lei de Execução Penal —, assinale a alternativa correta.

- a) O condenado poderá remir a pena à razão de um dia de pena a cada seis horas de estudo, independentemente da distribuição dessas horas.
- b) A remição pelo trabalho ocorre à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho, sendo vedada a remição pelo estudo ao condenado que trabalhe.
- c) O condenado que cumprir os requisitos legais poderá remir parte do tempo de execução da pena por trabalho ou estudo, sendo possível o acréscimo de um terço no tempo a remir quando concluir o ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena.
- d) A prática de falta grave implica a perda automática de metade do tempo remido, independentemente de decisão judicial e da oitiva da defesa.
- e) O tempo remido não será computado como pena cumprida para qualquer finalidade, servindo exclusivamente para a obtenção de trabalho externo.

98. Sobre os crimes previstos na Lei nº 11.343/2006, assinale a alternativa correta.

- a) Para a configuração do crime de associação para o tráfico, previsto no art. 35 da Lei de Drogas, exige-se a associação de pelo menos quatro pessoas, com divisão de tarefas e finalidade de cometer crimes com pena máxima superior a quatro anos.
- b) O chamado tráfico privilegiado exige que o agente seja primário, tenha bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas e não integre organização criminosa, podendo a pena ser reduzida de um sexto a dois terços.
- c) A associação para o tráfico é crime instantâneo, consumando-se no primeiro ato de venda ou fornecimento de droga praticado pelos agentes.
- d) A causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas pode ser aplicada mesmo quando demonstrado que o agente integra organização criminosa, desde que seja primário.
- e) A condenação por tráfico privilegiado impõe obrigatoriamente o regime inicial fechado, por se tratar de crime equiparado a hediondo.

99. A respeito da Lei nº 12.850/2013, assinale a alternativa correta.

- a) Organização criminosa exige a associação de três ou mais pessoas, ainda que não exista divisão de tarefas, desde que o objetivo seja a obtenção de vantagem econômica.
- b) A ação controlada depende sempre de autorização judicial prévia para que a autoridade policial possa retardar a intervenção.
- c) A infiltração de agentes exige autorização judicial circunstanciada, motivada e sigilosa, sendo medida admitida quando a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.
- d) A sentença condenatória poderá ser fundamentada exclusivamente nas declarações prestadas pelo colaborador, desde que o acordo tenha sido homologado judicialmente.

e) A colaboração premiada é meio de prova autônomo e suficiente, por si só, para fundamentar medidas cautelares pessoais, recebimento da denúncia e sentença condenatória.

100. Considerando a Lei nº 13.869/2019, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de abuso de autoridade pode ser reconhecido sempre que houver decisão posteriormente reformada por instância superior.
- b) A Lei de Abuso de Autoridade aplica-se exclusivamente a servidores públicos efetivos, não alcançando agentes temporários, particulares investidos em função pública ou agentes sem remuneração.
- c) A perda do cargo público e a inabilitação para o exercício de função pública decorrem automaticamente de qualquer condenação definitiva por abuso de autoridade.
- d) A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é exclusivamente privada, cabendo ao Ministério Público atuar apenas como fiscal da lei.
- e) Para a configuração dos crimes de abuso de autoridade, exige-se finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio ou terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>